

SALÁRIOS PERDEM VALOR

Com uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) estimada em 1,8% este ano, a massa salarial no Brasil deve cair 6,7%. Isso vai atrasar ainda mais a recuperação da economia, mesmo que a crise financeira internacional dê uma trégua para o real. Acordos de redução de salários, previsão de volta de inflação em índice superior a 6% ao ano e desemprego ajudam a complicar ainda mais este quadro. Segundo o professor de economia e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann, já houve um recuo de 4,8% na massa de salários em 1998, a partir de uma estimativa de crescimento do PIB de 0,7%.

O professor vê com preocupação o risco de aumento do desemprego, mas considera igualmente perigoso o movimento de empresas e sindicatos de negociar encolhimento dos ganhos dos empregados para suportar a crise. "Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, numa economia de mercado, o efeito da redução salarial é quase tão perverso quanto o do desemprego", diz. "Há tendência de aprofundamento ainda maior da recessão."

A generalização da prática de reduzir salários para manter empregos tem um efeito social desejável num momento de crise no mercado de trabalho, lembra Pochmann. Além disso, parece claro que a disposição de consumo de um empregado com salário reduzido é maior do que a de um desempregado. Mas, assim mesmo, há problemas sérios.

Pochmann lembra que 40% dos sindicatos no Brasil não têm capacidade de negociação, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E 60% das empresas também não, por serem micro ou pequenas, com pouca ou nenhuma tradição de dialogar com líderes dos trabalhadores. Desse modo, os acordos podem ser mais desfavoráveis para empregados do que a situação exige.

MUDANÇAS

A primeira experiência de redução salarial importante foi adotada na Volkswagen. Os empregados da montadora aceitaram a redução de 15% nos salários, com autorização do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A partir de então, várias montadoras e grandes empresas de autopeças passaram a negociar saídas semelhantes, em alguns casos, como no da General Motors, com afastamento temporário de parte dos empregados.

Essa porta aberta pelo sindicalismo para a redução dos ganhos dos empregados pode levar governos a adotarem fórmulas idênticas para uma quantidade grande de funcionários.

Arquivo / AE 3.8.97



Pochmann: a perda de valor dos salários, estimada em 4,8% em 1998 e em 6,7% neste ano, é tão danosa quanto o desemprego e pode agravar a recessão

rios. Estados e municípios, com a crise, estão cada dia mais endividados, adverte Pochmann. Assim, o setor público também deverá contribuir para a redução da massa salarial.

Depois da mudança na política cambial, há outro ingrediente ruim para os ganhos dos empregados. A esperada aceleração da taxa anual de inflação vai encontrar trabalhadores desmobilizados, porque o maior problema hoje é manter empregos, e sem mecanismo legal de recomposição salarial, por conta da desindexação.

Sindicalistas confirmam a tese de Pochmann: a ameaça de retorno da inflação e a consequente luta por reposição das perdas salariais ainda não integra as preocupações urgentes do movimento sindical brasileiro. Garantia de emprego é a palavra de ordem para a CGT e a Força Sindical, que juntas representam 13 milhões de trabalhadores.

Conforme o presidente em exercício da CGT, Francisco Canindé Pegado, a direção da entidade pretende propor algumas mudanças à equipe econômica do governo para preservar o emprego dos trabalhadores e evitar que eles sofram novamente com a inflação. A CGT também deverá definir qual será sua forma de luta na próxima reunião da direção nacional da entidade, marcada para 19 de fevereiro, em São Paulo.

PROPOSTAS

Canindé Pegado não descarta a possibilidade de marcar paralisações por empresas, categorias ou mesmo uma greve geral. De acordo com ele, nesse momento é importante que todas as centrais sindicais estejam unidas. "Precisamos ter unidade de ação em nossas lutas. Tanto o governo quanto o setor empresarial só atendem nossas reivindicações quando brigamos juntos",

argumenta o presidente da CGT.

A Força Sindical, tradicional aliada do governo, não tem nenhuma reunião agendada para discutir a ameaça inflacionária. Mas o secretário de Políticas Públicas da entidade, Francisco Pereira de Souza Filho, quer evitar que o movimento sindical cometa os mesmos erros do passado. "Não podemos deixar a inflação se acumular para depois brigarmos por reposição salarial", afirma o sindicalista. "Nossa luta deve ser pela reposição imediata."

Segundo o líder da Força Sindical, as negociações deverão ser feitas de acordo com o nível de mobilização de cada empresa, categoria ou setor. "Dependerá de como os sindicatos estarão organizados para enfrentar o setor patronal, mas não devemos permitir que a inflação se distancie da nossa luta por reposição salarial", afirma.

Assim como Canindé Pegado, o

líder da Força Sindical acredita que as centrais sindicais devam estar unidas nesse momento. "A inflação atinge a todos indiscriminadamente. Enfrentá-la e lutar contra o desemprego exige cada vez mais união e organização dos trabalhadores."

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, afirma que ainda é cedo para prever o que ocorrerá no país em consequência das mudanças na economia. Não sabe se a inflação voltará, mas acredita que o momento é preocupante. "Com inflação ou sem inflação, foram os trabalhadores que pagaram pelos erros da equipe econômica do governo. Estamos nos mobilizando e nos organizando para defender a nossa dignidade", desabafa. Nos dias 4 e 5 de fevereiro, a Direção Executiva Nacional da CUT marcou encontro para avaliar as melhores formas de mobilização para os trabalhadores.